

A CONSTITUIÇÃO DO SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO PELA NARRATIVA NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Manuela Chagas Manhães (UENF e UNESA)

manuelacmanhaes@hotmail.com

Júlio Ramos Esteves (UENF)

Julioesteves46@yahoo.com.br

RESUMO

Este presente artigo trata da importância da identidade cultural nas comunidades tradicionais. Desse modo, pretende-se realizar uma abordagem que privilegia a socialização humana, calcada na compreensão da cultura como instrumental de significação, partindo do pressuposto que toda realidade é visualizada através de representações. Busca-se aproximar da identidade como processo, da percepção da realidade cultural, de como se dá a transmissão de modos apreendidos, as relações simbólicas e, principalmente, a valorização cultural. Tais questões estabelecem a relação entre a construção da identidade individual e o sentimento de pertencimento dos das comunidades tradicionais. Neste aspecto, compreendendo que a identidade do sujeito social seja consideravelmente delineada, no sentido de representar a realidade objetiva na qual está localizada, cada pessoa é mais ou menos aquilo que se supõe que seja, quando consideramos a condição da socialização que produziu tal identidade. Por isso, entendemos que a identidade seja uma das questões fundamentais que, norteia as ações sociais, sua organização e manifestação no espaço público, assim como a formação dos indivíduos pertencentes a grupos sociais específicos, ou seja, estes indivíduos são socializados para viver em um grupo determinado internalizando valores, linguagem, costumes, ritos, regras, expressões culturais: tudo aquilo que permite que o identifique. É um sujeito social definido pela cultura e pelo grupo a que é membro, se identificando com seus pares pelo sentimento de pertencimento, favorecendo a existência e a perpetuação do grupo em si, fortalecendo não só a sua historicidade, mas sua relação direta com a sociedade e a realidade social que está inserida.

Palavras-chave:

Sentimento de pertencimento. Identidade cultural. Comunidades tradicionais.

1. Introdução

Este presente artigo busca entender como a identidade cultural é um eixo norteador para que haja o reconhecimento entre os membros das comunidades tradicionais que enfrentam as adversidades e transformações ocasionadas pela globalização e seu dinamismo econômico e todas as consequências que provocam na vida social mudanças rápidas tanto no meio ambiente quanto nas atividades vistas como tradicionais assim como nas suas próprias identidades.

1 Trata-se de um estudo baseado na compreensão da cultura como
2 instrumental de significação e partindo do pressuposto que toda realidade
3 é visualizada através de representações. Distanciando-se de uma concep-
4 ção elitista de cultura, associada à acumulação de conhecimentos, à uni-
5 formidade de padrões transmitidos e à racionalidade individualista. Bus-
6 ca-se de aproximar da identidade como processo, da percepção da reali-
7 dade cultural, de como se dá a transmissão de modos apreendidos, as re-
8 lações simbólicas e, principalmente, a valorização cultural. Partindo des-
9 ses pressupostos, e é de suma relevância estabelecer a relação entre a
10 construção da identidade individual e o pertencimento aos diferentes
11 grupos, especialmente ao tratarmos dos grupos sociais conhecidos e con-
12 siderados como comunidades tradicionais.

13 Neste sentido nos perguntamos como estes indivíduos podem
14 buscar a justiça e a sua legitimação no território brasileiro para que pos-
15 sam estar inclusos não só em sistemas legais que incorporam a equidade
16 social, mas que preservam a sua história, seus mitos, seus ritos e formas
17 de expressões culturais, em suma: seu patrimônio cultural que vem se
18 desgastando diante das dificuldades enfrentadas. Tais questionamentos
19 nos levam a concordar com Júlio Ramos Esteves (2015) quando afirma a
20 necessidade de fazer-se uma reflexão crítica sobre a justiça, para que
21 possamos falar de democratização assim como a relevância da luta pelo
22 reconhecimento para que haja o fortalecimento do sentimento de perten-
23 cimento, mas também da consciência social que está vinculada a solida-
24 riedade social entre os pares.

25 Para isso entendemos que autoidentificação nestas comunidades é
26 um fator primário para que sejam consideradas legítimas na sociedade
27 brasileira. Esta autoidentificação seria um primeiro passo junto ao Minis-
28 tério da Cultura para seu reconhecimento como comunidade tradicional.
29 Ou seja, seu modo de vida, atividades socioeconômicas, sua linguagem,
30 passadas de geração e geração através da história oral assim como seus
31 aspectos simbólicos, ritualísticos, seus costumes e tradições, suas narrati-
32 vas, de uma maneira geral, suas expressões culturais estariam entrelaça-
33 dos e dariam um sentido maior para esta comunidade: sua identidade e
34 consequentemente, o sentimento de pertencimento entre os membros da
35 comunidade tornando efetiva a luta pelo reconhecimento.

36

1 2. *Desenvolvimento*

2 Sabemos que para que as comunidades tradicionais sejam vistas
3 como tais e terem como pleitear seu reconhecimento é, antes de mais na-
4 da, importante a sua autodefinição, entender o sentido de comunidade
5 tradicional pesqueira que se faz viva na ação comunicativa, e, que traz
6 consigo uma questão fundamental a sua atividade socioeconômica e sua
7 construção sociocultural. Em outras palavras, os atores sociais estão
8 imersos em seus grupos, e para que exista um movimento endógeno, é de
9 suma importância o reconhecimento recíproco (HONNETH, 2009), por
10 isso, a comunidade tradicional, utilizando como instrumento de comuni-
11 cação e formação desse indivíduo, a narrativa, permite que haja identifi-
12 cação em si mesma, dando sentido a sua significação e sua representação
13 no meio social, compostas, dessa forma, pela ação comunicativa na qual
14 traz como fio condutor o reconhecimento social entre eles.

15 Ou seja, sabemos que além das questões simbólicas, refletidas no
16 cotidiano desse segmento social que passa por processos de exclusão so-
17 cial, temos, na atualidade, diferentes enfrentamentos e dificuldades que
18 percorrem o desafio para efetivação do reconhecimento destas comuni-
19 dades tradicionais e que refaçam, ressignifiquem a história da sociedade
20 brasileira democrática, garantindo a cidadania a partir da equidade social
21 e da preservação das particularidades históricas da comunidade tradicio-
22 nal e, ainda, a memória coletiva baseada no que nos compõe: a diversi-
23 dade cultural (GUIDDENS, 2002). Por isso que neste cenário atual é de
24 extrema relevância pensarmos sobre essa comunidade tradicional
25 (BAUMAN, 2003), sobre a constituição de suas narrativas e suas ex-
26 pressões formadas e formadoras da memória coletiva e de seu patrimônio
27 histórico cultural e ainda das questões que emergem nos e dos conceitos
28 de diversidade cultural, identidade cultural, e que são, consequentemen-
29 te, traduzidas em seus discursos, na maneira que compõem as formas
30 narrativas em seu cotidiano, reconhecida pelos e entre seus pares contri-
31 buindo para a fortalecimento do sentimento de pertencimento.

32

33 3. *Identidade cultural e autoidentificação*

34 Tendo como base o projeto de lei de iniciativa popular dos territó-
35 rios pesqueiros, trazemos para nossa discussão informações fundamen-
36 tais para que possamos realizar nossas reflexões sobre justiça ambiental,
37 social e formação de expressões culturais e bens culturais. Este artigo é o
38 resultado de um projeto de pesquisa em desenvolvimento que traz como

1 objeto de estudo as comunidades tradicionais, que compuseram o territó-
2 rio brasileiro com a formação de suas identidades a partir de sua autoi-
3 dentificação, o sentimento de pertencimento e suas atividades socioeco-
4 nômicas, e lutam para que permaneçam vivas na sociedade brasileira em
5 tempos tão dialéticos para sobrevivência das comunidades tradicionais na
6 realidade social nacional.

7 Como foi dito para ser vista como comunidade tradicional e ter
8 como pleitear seu reconhecimento a autodefinição é o primeiro passo, se
9 reconhecer entre seus pares, lhe dá o sentido de pertencimento a um gru-
10 po específico, compartilhando seus universos simbólicos, seus padrões
11 culturais, seus modos de vida, compactuando com suas especificidades e
12 particularidades, e que geralmente trazem consigo uma questão funda-
13 mental a sua atividade socioeconômica e sua construção sociocultural.
14 Identificar-se em si mesma, dando sentido a sua significação e sua repre-
15 sentação no meio social. É preciso levantar suas expressões, mapeá-las e
16 traduzir seus significados históricos, sociológicos, antropológicos e filo-
17 sóficos neste contexto de retalhos que vem sendo massacrados pelas pro-
18 blemáticas provocadas pela própria globalização. É necessário dar voz a
19 este segmento social para que possamos falar pensar e promover justiça
20 ambiental e social, além da preservação de suas inúmeras histórias narra-
21 das, cantadas, desenhadas e pintadas, seus trabalhos artesanais que medi-
22 am o estar no mundo, que compõem de uma maneira macrossocial a di-
23 versidade da sociedade brasileira.

24 Portanto, sabemos que além das questões simbólicas refletidas no
25 cotidiano deste segmento social que passam por processos de exclusão
26 social, temos na atualidade diferentes enfrentamentos e dificuldades que
27 percorrem o desafio para efetivação do reconhecimento destas comuni-
28 dades tradicionais e que refaçam, ressignifiquem a história da sociedade
29 brasileira democrática, garantindo a cidadania a partir da equidade social
30 e da preservação de nossa história e memória coletiva baseada no que nos
31 compõe: a diversidade cultural. Por isso que neste cenário atual é de ex-
32 trema relevância pensarmos sobre esta comunidade tradicional e a consti-
33 tuição de suas expressões e de seu patrimônio histórico cultural e as
34 questões que emergem nos e dos conceitos de diversidade cultural, iden-
35 tidade cultural, e consequentemente, justiça social e reconhecimento so-
36 cial.

37 Então, podemos observar a importância social da formação da
38 identidade. É a identidade que diferencia os indivíduos, o que caracteriza
39 como sujeito social, pessoa, ou como um grupo social. Ela é definida pe-

1 los conjuntos de atribuições de papéis sociais que todos nós desempe-
2 nhamos em nosso dia-a-dia e, é determinada pelas condições sociais que
3 são decorrentes da produção socioeconômica, pelos nossos ideais, com-
4 portamentos e formações. Neste aspecto, estamos identificando um sis-
5 tema antropossociocultural¹ que irá fomentar uma formação de identida-
6 des culturais, especificamente, na sociedade brasileira de acordo com sua
7 história, com seus símbolos e toda uma gama de variáveis que influenci-
8 am e se tornam formadoras de membros de grupos sociais, de comunida-
9 des tradicionais.

10 Isso significa dizer que, quando nos referimos, no caso, à identi-
11 dade cultural, referimo-nos ao sentimento de pertencimento a uma cultu-
12 ra nacional e específica que esta em nosso meio, que convivemos e ab-
13 sorvemos ao longo de nossas vidas. A cultura nacional é composta não
14 apenas de instituições nacionais, mas também de símbolos e representa-
15 ções que iremos nos deparar em todos os momentos de nossas vidas. Por
16 isso, é importante salientar que esta identidade não é uma identidade na-
17 tural, biologicamente passada, mas sim, uma identidade constituída, ou
18 melhor, uma diversidade de identidades construídas. Hall (2002, p. 15)
19 nesse âmbito diz que: "uma cultura nacional é um discurso – um modo de
20 construir sentidos que influencia e organiza ações, quanto à concepção
21 que temos de nós mesmos, da mesma forma que há a formação da me-
22 mória coletiva".

23 É nesse aspecto que percebemos a importância da memória cole-
24 tiva para a construção da realidade social, da realidade vivenciada na di-
25 nâmica social por cada sujeito social. Seriam versões contadas, interpre-
26 tadas e que são de suma relevância para que os sujeitos sociais possam
27 garantir a existência do grupo assim como de seu modo de vida e suas
28 redefinições mediante as novas urgências, desafios, experimentações,
29 dificuldades e necessidades sociais compartilhadas e formadoras da iden-
30 tidade cultural formada e formadora dos e pelos membros de uma comu-
31 nidade tradicional.

32

¹ Termo utilizado por Edgar Morin, em seu livro *Cultura de Massa XX*, vol. II: Necrose (2001)

1 4. *Identidade cultural e estima social na luta pelo reconhecimento* 2 *das comunidades tradicionais*

3 Peter L. Beger e Thomas Luckmann (1985, p. 228) salienta que a
4 identidade é um elemento chave da realidade social subjetiva também, e
5 como toda realidade subjetiva esta numa relação dialética com a socieda-
6 de. A identidade é formada através de processos sociais. Uma vez forma-
7 da, é mantida, modificada ou tem uma nova remodelagem provocada pe-
8 las relações sociais. Assim, Peter L. Beger e Thomas Luckmann (1985,
9 p. 230) afirmam que:

10 A identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre um in-
11 divíduo e a sociedade. Os tipos de identidade, por outro lado, são
12 produtos sociais *tout court*, elementos relativamente estáveis da reali-
13 dade social objetiva.

14 Concordamos com John Rawls (in ESTEVES), que há o estabele-
15 cimento do sentimento do respeito próprio, quando o sujeito social está
16 imerso em alguma pequena associação ou grupo, no interior dos quais as
17 atividades que são valiosas para elas sejam publicamente reconhecidas
18 pelas outras pertencentes ao mesmo grupo ou associação. Isso significa
19 dizer que um dos aspectos mais relevante para se criar este sentimento de
20 pertencimento a uma associação ou grupo ou comunidade é o aspecto
21 cultural e assim a base da constituição de sua identidade cultural.

22 Desse modo, é perceptível que a identidade do sujeito social seja
23 consideravelmente delineada, no sentido de representar a realidade obje-
24 tiva na qual está localizado. Em outras palavras: cada pessoa é mais ou
25 menos aquilo que se supõe que seja, quando consideramos a condição da
26 socialização que produziu tal identidade. Por isso, entendemos como a
27 identidade, uma das questões fundamentais que, norteia as ações sociais,
28 sua organização e manifestação no espaço público democrático, assim
29 como a formação dos indivíduos pertencentes a grupos sociais especifi-
30 cos, ou seja, estes indivíduos são socializados para viver em um grupo
31 determinado internalizando valores, costumes, ritos, regras, expressões
32 culturais: tudo aquilo que permite que o identifique. É um sujeito social
33 definido pela cultura e pelo grupo a que é membro, se identificando com
34 seus pares pelo sentimento de pertencimento, favorecendo a existência e
35 a perpetuação do grupo em si fortalecendo não só a sua historicidade,
36 mas sua relação direta com a sociedade e a realidade social que está inse-
37 rida buscando mediar novas reivindicações e processos sociais no espa-
38 ço público.

1 Segundo Henri Acselrad (1992) quando falamos no espaço públi-
2 co estamos tratando de uma instância em que homens e mulheres se re-
3 conhecem como iguais; espaço no qual os atores sociais discutem e deci-
4 dem em comum. Ou seja, neste espaço por mais que seja múltiplo e hete-
5 rogêneo, e, baseado na diversidade em diferentes aspectos, é construído
6 um mundo comum compartilhado por todos. Estamos tratando de um
7 mundo que traz a democracia como estrutura das suas instituições, leis,
8 regras e normas. Que favorece a multiplicidade, a discussão, a persuasão
9 uma construção heterogênea em prol da equidade. Mas, sabemos que a
10 democracia, principalmente com o advento do sistema neoliberal e a tec-
11 nologia, por mais que seja formal quando pensada, analisada é, no dia-a-
12 dia, vivenciada de maneira diferente e apresenta muitas disparidades e
13 desigualdades entre os sujeitos sociais, grupos sociais e classes sociais.

14 No Brasil, ao longo de sua história, poderíamos levantar diferen-
15 tes fatos que demonstram a existência destas dualidades antes mesmos de
16 falarmos no sistema democrático. Mas o que interessa para nós é pensar
17 sob o aspecto territorial e a constituição de comunidades tradicionais que
18 ainda hoje, no século XXI, está à deriva do ideal democrático seja pelas
19 injustiças sócio econômicas ou pelo não reconhecimento enquanto co-
20 munitades tradicionais que estruturaram e estruturam o território e a cul-
21 tura brasileira. Portanto, é neste sentido que Henri Acselrad (1992, p. 76-
22 77) afirma que:

23 Em nome de uma concepção industrialista de progresso, foram desestrutu-
24 radas as condições materiais de existência de grupos socioculturais territori-
25 almente referenciados e destruídos os direitos de populações inseridas em
26 formas sociais de produção não capitalistas.

27 Isso significa dizer que, as questões ambientais trazem consigo a
28 discussão de potencialidades democratizantes, que trabalham a justiça
29 ambiental e social, intermediadas por lutas ambientais e por movimentos
30 sociais organizados através da constituição dos atores sociais envolvidos
31 em seus ambientes naturais traduzindo fontes de renda, modos de vida,
32 condições materiais e imateriais construídos, perdidos e vivenciados pe-
33 los grupos que tendem a uniformizar valores, costumes, rituais, e for-
34 mando, conseqüentemente, sua identidade cultural. Tal identidade torna-
35 se fator integrante entre os sujeitos sociais e favorecem para que haja a
36 manutenção do sentido de comunidade e sua articulação pela luta do re-
37 conhecimento, o que, quando se realiza – o reconhecimento social – fa-
38 vorece a estima social.

1 É deste modo, que é de fundamental importância contextualizar e
2 redescobrir os resquícios deste patrimônio cultural material e imaterial,
3 para que possamos refletir e resgatá-los e, assim, trazê-los à luz da comu-
4 nidade e da sociedade, de uma maneira mais ampla, o que pode favo-
5 recer sua autoidentificação e identificação social enquanto grupo organi-
6 zado coletivamente, preservando não só sua história, sua memória, mas
7 também, estimulando o enriquecimento de tal comunidade no que tange
8 o seu sentido, a sua representação de classe para si, partindo do pressu-
9 posto, que a coletividade quando se constitui através de sua história, de
10 sua cultura passa a ter um viés superestrutural traduzido nos laços de per-
11 tencimento o que, provoca o reconhecimento e quando organizado e re-
12 conhecido, fortalece o grupo em si mesmo na trama social.

13 Concordamos com Henri Acselrad (1992, p. 89):

14 Lutando contra sua remoção ou fixação compulsória, ou contra a inviabi-
15 lização de sua permanência em territórios fundamentais à sua identidade, tais
16 grupos procuram assegurar seus direitos a pastagens, florestas, recursos hídri-
17 cos, caça, coleta, pesca e agricultura. Com construções identitárias que tradu-
18 zem os efeitos de ação do Estado (...) ou inserção mais permanente em conflitos
19 abertos (...), as denominações de uso local e imediato se politizam por in-
20 termédio de propostas, formas organizativas, meios de mobilização e luta, ge-
21 neralizando o localismo das reivindicações e forçando o Estado a uma nego-
22 ciação global baseada em princípios gerais que orientam as políticas públicas.

23 Neste ponto refletimos sobre a relação direta que existe entre os
24 patrimônios culturais e os sujeitos sociais, os sujeitos sociais e a sua rea-
25 lidade sociocultural econômica, ou seja, o sujeito social e o seu ambiente
26 e suas construções, para que haja a mobilização do grupo para possíveis
27 reivindicações coletivas que venham ser contextualizados tanto a justiça
28 ambiental quanto a social.

29 O fato é que dentro da perspectiva do interacionismo simbólico,
30 na qual os indivíduos atribuem significado simbólico aos objetos sociais,
31 que incluem as pessoas com quem se interagem socialmente. Os sujeitos
32 sociais passam a fazer uso do self que corresponde às ideias e sentimen-
33 tos que os indivíduos têm de si mesmos, produzindo um texto biográfico
34 no qual destacaram os principais fatos de sua vida e de sua família com a
35 seleção de fatos e situações sociais simultâneos a períodos de sua vida. A
36 sua forma de pensar, de se vê no grupo social e suas ações são desenha-
37 das no meio social, estão sendo norteadas pelos valores, pelos costumes,
38 pelas tradições, pela suas normas e regras apreendidas na socialização
39 social, da mesma forma que é ressignificada mediante a dinâmica social
40 vivenciada.

1 Desta forma, o que temos somos indivíduos específicos mediados
2 por suas culturas e construídos a partir da interação social. Por isso que
3 encontramos nas comunidades tradicionais indivíduos definidos, deter-
4 minados, aculturados que comungam especificidades pontuais que carac-
5 terizam seus próprios grupos assim como a si mesmos.

6 Quando estabelecemos a relação da memória com o processo so-
7 cializador, temos a narrativa sendo utilizada como grande instrumento
8 para que haja entre os membros do grupo, da comunidade uma integração
9 através de suas lembranças, de seus recortes, de suas vivências que po-
10 dem ser ressignificadas. Logo, percebemos a memória com um papel ca-
11 talizador entre os indivíduos, sendo uma base para a integração entre os
12 membros de uma comunidade tradicional que traz através da mesma o
13 sentido de existência de seus modos de vida e de sua dinâmica.

14

15 **5. Conclusão**

16 O estabelecimento da relação entre a construção da identidade in-
17 dividual e o pertencimento aos diferentes grupos e instituições sociais
18 com a luta pelo direito de ser considerada uma comunidade tradicional
19 que tenha a legitimidade territorial, a justiça ambiental e social, o seu re-
20 conhecimento para se manter dignamente na região, perpetuando a sua
21 forma de organização e sentimento de pertencimento entre os membros
22 envolvidos.

23 Visualiza-se como as relações simbólicas geradas nas relações ob-
24 jetivas entre membros de comunidades tradicionais e suas atividades, po-
25 dem ser vistos como forma de mobilização em torno de um processo de
26 afirmação identitária em que se constrói um o sentido de identidade que
27 tenta, ainda que a sociedade faça um processo de exclusão, sua legitima-
28 ção mediante a necessidade de pertencimento para com seus pares, o que
29 permeia a comunidade tradicional, tentando resistir às adversidades en-
30 contradas em seus cotidianos, formando seus bens culturais ao longo da
31 história da sociedade brasileira tendo como base a tão sonhada justiça e
32 reconhecimento social.

33 Ainda temos muito que levantar e refletir sobre as expressões e
34 manifestações culturais das comunidades tradicionais. Temos muito que
35 entender. Suas particularidades e multiplicidades que garantem suas his-
36 tórias e memórias e o seu sentimento de pertencimento. O fato é que nos-
37 sa história é um complexo mosaico de culturas e povos que transitam na

1 nossa sociedade e enfrentam, no dia-a-dia, verdadeiros dilemas para que
2 possam ser vistos e reconhecidos como parte integral da sociedade brasi-
3 leira e são os aspectos culturais que podem promover sua autoidentifica-
4 ção, e, assim a luta pelo seu reconhecimento.

5

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

7 ACSELRAD, Henri. Cidadania e meio ambiente. In: _____. (Org). *Meio*
8 *ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

9 _____ . Políticas ambientais e construção democrática. In: _____. (Org.).
10 *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

11 BEGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da reali-*
12 *dade*: tratado de sociologia do conhecimento. Trad.: Floriano de Souza
13 Fernandes. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

14 CASTELLS, Manuel. *A era da informação*: economia, sociedade e cultu-
15 ra, vol. I. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

16 DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira. *Saberes*
17 *tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Ministério do Meio Ambiente,
18 dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. São Paulo: COBLO,
19 NUPAUB, 2000.

20 ESTEVES, Júlio Ramos. *Justiça ambiental*: o problema de distribuição
21 de Custos e Benefícios da exploração do Petróleo para as comunidades
22 Pesqueiras da Bacia de Campos. [No prelo]

23 LITTLE, Paul Elliott. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:
24 por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n° 322.
25 Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, 2002.

26 MELLUCI, Alberto. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

27 PRADO, Simone Moutinho. *Da anchova ao salário mínimo*: uma etno-
28 grafia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ. Nite-
29 rói: Eduff, 2002.

30 _____; SILVA, Edson Pereira. *Meio ambiente e identidade social*: uma
31 perspectiva interdisciplinar. Relatório final – CNPQ Mais, 2003.

32 RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Trad.: Almiro Pisetta e Lenita M.
33 R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.